



Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Melhor Prática

País: Inglaterra e País de Gales

abril de 2014

Designação da prática	Planeamento de um programa de formação anual abrangente e orientado para as necessidades
<i>Principais características:</i>	<p>O Colégio Judicial de Inglaterra e País de Gales torna público, no seu documento de estratégia, que as suas ações de formação serão organizadas com base em três elementos principais para a formação judiciária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Direito substantivo, elementos de prova e procedimento e, se for caso disso, conhecimentos especializados na matéria;▪ Aquisição e aperfeiçoamento de competências judiciais, incluindo, se for caso disso, competências em matéria de liderança e gestão;▪ O contexto social no qual ocorre o julgamento.
<i>Contactos da instituição</i>	<p>Colégio Judicial Ministério da Justiça, 102 Petty France London SW1H 9LJ Reino Unido Telefone: + 44 203 334 0700</p>

	<p>Fax: + 44 203 334 5485</p> <p>Endereço de correio eletrónico: magistrates@judiciary.gsi.gov.uk</p> <p>Sítio Web: http://www.judiciary.gov.uk/training-support/judicial-college</p>
<p><i>Outras observações</i></p>	<p>Atualmente, reconhece-se em toda a Europa, de forma geral, que a formação adequada de juízes e magistrados do Ministério Público não se deve basear apenas nas <i>competências técnicas</i> (tópicos jurídicos e puramente judiciais), devendo centrar-se igualmente nas <i>competências pessoais</i> (abordagens multidisciplinares, outros domínios do conhecimento, ética, retórica, comunicação, formação destinada aos meios de comunicação social, treino da memória, treino vocal, mediação, psicologia do testemunho e assim por diante). A MELHOR PRÁTICA supracitada (10 – i) fornece bons exemplos da forma como uma abordagem deste tipo deve ser adotada.</p>

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)